Capítulo V

O campesinato e a fronteira no capitalismo autoritário russo

Otávio Guilherme Velho

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VELHO, OG. *Capitalismo autoritário e campesinato*: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. O campesinato e a fronteira no capitalismo autoritário russo. pp. 54-86. ISBN: 978-85-99662-92-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo V

O campesinato e a fronteira no capitalismo autoritário russo

A nossa visão inicial das relações entre fronteira e desenvolvimento capitalista proveio de uma análise dum caso concreto – o americano. Agora que definimos certos conceitos discutiremos outro caso – o russo. Através dessa discussão pretendemos atingir dois propósitos:

1. uma compreensão melhor das relações entre campesinato, *fronteira* e capitalismo autoritário;
2. uma visão mais clara das implicações políticas mais amplas desse modo de desenvolvimento capitalista e do papel político de uma *fronteira* sobre ele por meio de uma análise da rica polêmica política russa das primeiras décadas deste século.

Assim, do ponto de vista deste trabalho não estaremos interessados no caso russo como tal, mas no fato de que combina os principais elementos que nos interessam. Todavia, teremos de entrar um pouco mais em detalhes do que no caso americano. Isso se deve ao fato de que em termos das nossas categorias parece ser mais “próximo” do caso brasileiro, sendo ao mesmo tempo menos conhecido e levado em conta para propósitos comparativos entre nós. O nosso interesse, no entanto, prosseguirá sendo sobretudo comparativo e teórico. Poderíamos ter escolhido outro caso para a nossa discussão. Mas o desenvolvimento capitalista autoritário russo possui a vantagem para nós de ter sido acompanhado por um debate político particularmente rico e de ter incluído um vasto movimento de *fronteira* comparável em escala às *fronteiras* americana e brasileira.

A expansão russa: séculos XVI-XVIII

Na visão sintética de Lobanov-Rostovsky (em Bohannon e Plog, 1967: 87) “(...) a história da Rússia é uma história da colonização da vasta extensão que se estende do Báltico ao Pacífico por um povo caucasiano, os eslavos, cujo núcleo original situava-se na Europa centro-oriental, aproximadamente a Alemanha Oriental, a Polónia e o oeste da Rússia”.

Ele reflete uma afirmação já feita por vários autores, entre eles o historiador russo do século XIX Kliuchevsky, de acordo com o qual “A

história da Rússia por inteiro é a história de um país submetido a um processo de colonização (...). Migração, colonização constituíram os traços básicos da nossa história, a que todos os outros traços mais ou menos diretamente se relacionaram” (em Treadgold, 1957: 14).

Assim, a relevância da expansão russa parece clara. Para os nossos propósitos não estamos interessados na limitada expansão inicial que assegurou um núcleo de povoamento de início em torno de Kiev e depois Moscou. É a expansão que se dá do século XVI em diante na direção do Leste e do Sudeste com a reversão da maré mongol que nos interessa.

Deve-se dizer, então, que uma vez iniciada a conquista *militar* desses novos territórios completou-se num período de tempo extremamente curto, tomando como sua base inicial o Volga, cuja posse foi assegurada com a conquista de Kazã e Astrakã por Ivan IV em meados do século XVI. Em 1581 um bando de cossacos sob o comando de Iermak atravessou os Urais e conquistou a Sibéria Ocidental até o rio Irtish. Atingiu-se o Oceano Pacífico e o rio Amur na fronteira chinesa na década de 1640. Kamtchatka foi alcançada no final do século, e no século seguinte os russos atravessaram o Estreito de Behring e penetraram no Alasca. A maior parte da expansão militar deu-se no curto período de 60 anos decorrido entre a década de 1580 e a de 1640 (Coquin, 1969; Lengyel, 1948; Lobanov-Rostovsky em Bohannon e Plog, 1967; Treadgold, 1957; White, 1959).

Enquanto isso na Rússia européia, de acordo com Blum (1968: 605) foi especialmente da década de 1580 em diante, atravessando toda a primeira metade do século XVII, que a servidão foi gradativamente estabelecida. Essa extrema coincidência assim parece apoiar a hipótese de Domar sobre a relação entre a disponibilidade de terras livres e a imobilização da força de trabalho.

Assim, a história propriamente da colonização é durante vários séculos sobretudo “negativa”: a servidão fechou a *fronteira*. Mas ao mesmo tempo, o seu reflexo sobre a estrutura social russa parece ter sido fundamental.

Todavia, embora a colonização permanente nos novos territórios – sobretudo a Sibéria – tenha tendido a ser limitada, do ponto de vista comercial importantes empreendimentos se deram. *Peles* foram o principal interesse e de acordo com Lengyel (1948: 45) houve momentos em que

terça parte da renda russa proveio das peles siberianas. Outros autores fornecem dados diferentes, mas todos eles são bem expressivos. Em consequência, o interesse pela Sibéria foi principalmente *mercantil e extrativista*.

Isso não significa dizer que não houve nenhuma ocupação permanente dos novos territórios. Trotsky, como vimos, até considerava que esse movimento era responsável pela relativa pouca importância das cidades russas. Todavia – e de forma consistente – foi sobretudo “marginal” e representou como que a “imagem invertida” do sistema de repressão da força de trabalho. De acordo com Lantzeff (em Treadgold, 1957: 25) na altura do século XVIII a maior parte da população russa permanente na Sibéria era formada de “camponeses que lá foram buscar terras livres, para escapar aos credores e às regulamentações governamentais, para ser livre da ameaça da servidão”.

A colonização livre alcançou e ultrapassou a colonização compulsória de condenados por crimes comuns e políticos. Embora tenha havido tentativas para impedir essa migração de servos, na medida em que se tratava de simples filete (embora relativamente constante), as autoridades não se preocupavam demasiadamente e até a consideravam bem-vinda em pequenas porções. Por volta de 1800 a população da Sibéria era de cerca de 500 mil habitantes (Treadgold, 1957: 26). Foi essa a população cujos descendentes viriam a ser conhecidos como os “velhos siberianos” uma vez que a *fronteira* começasse a avançar numa escala mais ampla.

O movimento de massas

De acordo com Lobanov-Rostovsky (Bohannon e Plog, 1967: 90), “a técnica dessa expansão de início lembra a conquista do império ultramarino pela Espanha, porém mais tarde veio a lembrar cada vez mais a marcha para Oeste americana”.

Essas comparações são para nós significativas. A mudança na técnica de expansão a que se refere Lobanov-Rostovsky parece relacionada ao desenvolvimento do capitalismo, embora em sua variedade autoritária. Durante todo o século XIX a tendência básica da imigração – principalmente para a Sibéria – foi de aumentar. Todavia, o seu ascenso

mais significativo ocorreu nas últimas duas décadas do século e coincidiu com o grande surto industrializador da Rússia czarista.

A relação entre esses fenômenos e entre o desenvolvimento do capitalismo autoritário em geral e o movimento para a *fronteira* é, obviamente, muito complexo. É o que se verifica, por exemplo, ao examinar as reformas de Alexandre II na década de 1860, e particularmente a chamada abolição da servidão. Embora as Grandes Reformas não fossem aplicáveis à Sibéria, a emancipação dos servos reduziu os obstáculos legais a um movimento de massas. Todavia, no decorrer dos primeiros vinte anos depois da Emancipação o fluxo de imigrantes permaneceu praticamente inalterado. É até possível argumentar que a Emancipação na Rússia europeia pode ter tido de início o efeito de encorajar a permanência na terra.

O grande obstáculo *físico* a um movimento maior era a dificuldade de transporte. Pelo final do século, no entanto, não só a imigração estava aumentando de qualquer maneira, em parte com a ajuda de uma nova legislação, e era pensado que se precisava discipliná-la, mas também a indústria russa estava crescendo rapidamente. Novos grupos de consumidores urbanos para os produtos agrícolas apareciam e havia novo interesse em aumentar o mercado para os produtos industriais. Assim, o camponês tendia a ser integrado cada vez mais num mercado extralocal. No final do século Lênine, em sua primeira grande obra, tratou em detalhe do crescimento do mercado interno na Rússia em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1964), publicado em 1899. Desse período em diante a expansão agrícola para o Leste tornou-se cada vez menos uma fuga de elementos marginais da Velha Rússia, e cada vez mais um traço complementar importante do seu desenvolvimento capitalista.

Desde 1858-60 tinha havido especulações sobre a construção de uma estrada de ferro através da Sibéria. Alguns grupos mercantis estavam particularmente interessados, mas somente na década de 1890 é que foram tomadas providências práticas nessa direção. Nos anos precedentes o movimento de imigrantes havia se intensificado, novas estradas de ferro haviam atingido os limites entre as partes europeia e asiática do império onde a colonização já era intensa. Além do mais, a China estava sendo forçada a abrir o comércio para o Ocidente e a Rússia desejava a sua parte. A Sibéria era o caminho mais curto.

O Conde Witte – Ministro das Finanças e um dos mais conhecidos dos burocratas imperiais russos – era um partidário da estrada. É assim que Kulomzin (em *Le Transibérien*, citado em Treadgold, 1957: 109) descreve um relatório que ele enviou ao czar em novembro de 1892:

Era em particular sobre a colonização e as trocas comerciais com o Extremo Oriente que o ministro insistia com maior número de detalhes. Mostrava com efeito que o movimento de migração que se fazia da Rússia para a Sibéria correspondia à direção histórica seguida pela colonização da raça grã-russa, direção da qual o sentido era de Oeste para Leste. Por outro lado, a estrada de ferro, estando ligada por Samara ao centro da Rússia, recolheria toda a massa de emigrantes, para transportá-los às partes da Sibéria que necessitavam de ser povoadas. Aí residiria, ao mesmo tempo, a solução de um dos problemas mais difíceis que enfrentava o Estado: o estabelecimento durável da parte da população rural que sofria da escassez de terras na Rússia central.

Isso é o que se pode denominar uma manifestação de “eslavofilismo modernizante”. É interessante notar que em termos concretos o que é mais acentuado é a relação entre a estrada e a migração.

Curiosamente, uma vez decretada a Emancipação o problema de uma “população excedente” foi sentido de uma forma mais forte do que antes. Isso provavelmente se deveu às limitadas possibilidades para ocorrências capitalistas no seio do campesinato que a Emancipação abriu. Apesar do fato de o governo ter de certa maneira se antecipado a qualquer perturbação mais forte vinda de baixo provocada por essas novas pressões.

Em outubro de 1896 a primeira seção da estrada de ferro foi aberta ao tráfego. No final do século a estrada já estava completada até Vladivostok, bem como diversos ramais.

Eis como avançou o movimento de população:

1891-1900	1.208.000
1901-1910	2.282.000
1911-1914	723.000

Treadgold, 1957: 33

De acordo com Treadgold (1957: 35) é possível até que esses dados subestimem o volume de migração:

O incremento regional de população foi incomparavelmente maior na Sibéria do que em qualquer outra parte do Império. Enquanto o total da população do que viria a ser a URSS cresceu de 34,7 por cento de 1897 a 1923, registrou-se o incremento de 74 por cento para a Sibéria e o Extremo Oriente Russo.

Depois de 1905, sob Stolipin, foi criado um Departamento de Imigração Interna que auxiliou na indicação da terra disponível para colonização, forneceu transporte gratuito, ajuda monetária e implementos agrícolas. São esses os dados para os anos de pico que se seguiram:

1907	572.579
1908	758.812
1909	707.463

(Marshall, 1913)¹

De 1895 a 1908, de acordo com Treadgold (1957: 147), 3.930.000 imigrantes atravessaram os Urais. Como mais tarde no Brasil, no Paraná e às margens da Rodovia Belém-Brasília, houve muitos exemplos de cidades de rápido crescimento, como Obi, citada por Marshall (1913: 10), que em cerca de dez anos aumentou a sua população de 100 para 60.000 habitantes.

Foi somente a partir da construção da estrada de ferro que o mundo como um todo tomou conhecimento do movimento de população que ocorria². É curioso notar que em 1913 um inglês – extremamente preocupado em promover os interesses comerciais britânicos – comparou a Sibéria ao Brasil:

¹ Tokmakoff (1971: 133) fornece dados diferentes:

1907	421.335
1908	649.886
1909	593.806

² No entanto, a Sibéria continua ausente da maioria das discussões sobre *fronteira* até o presente. Walter Prescott Webb, por exemplo, não a incluiu na sua obra *The Great Frontier* (1964).

A Sibéria é uma das últimas grandes áreas do mundo a serem abertas. A China já possui a sua própria civilização. O Canadá, a América do Sul – *com a única exceção do Brasil* (ênfase OGV) –, a África do Sul e a Austrália estão bem avançados, e estão agora trabalhando segundo linhas regulares; enquanto que a Sibéria é como um campo aberto, não cultivado, e se se tirar vantagem disso há aí uma grande oportunidade. Mas não se deve perder tempo ou o comércio desse país continuará nas mãos dos nossos competidores (Marshall, 1913: 152-153).

Efetivamente um volume bastante expressivo de investimentos estrangeiros começou de fato, em mineração, suprimento de máquinas agrícolas etc. É interessante notar que a participação americana era proporcionalmente muito maior do que no Império como um todo. Foram muitos os que na época fizeram analogias entre o movimento americano para Oeste e o movimento russo para Leste.

Um levantamento realizado em 1911-12 mostrou que o volume médio de terras trabalhado pelos migrantes estava em torno de 14,4 dessiatins³, o que contrasta com a média de 3,9 nas áreas de origem. E o total médio dos lotes era de 38,3 dessiatins (Treadgold, 1957: 211). Levantamentos anteriores já haviam mostrado que o número de grupos domésticos na Sibéria sem animais era de 7 por cento, contra 13 por cento na Rússia européia. Os principais produtos cultivados – que juntos perfaziam a maior parte da produção – eram o trigo (50%), a aveia (17%) e o centeio. Stolipin, em sua viagem de 1910 através da Sibéria, estimou que a produtividade média por dessiatin do colono siberiano era de 50 rublos, contra 30 rublos e 55 copeques na Rússia européia. No entanto, é preciso notar que de acordo com o próprio Stolipin, em média cerca de 10 por cento dos migrantes retomavam, embora “a maioria esmagadora dos remigrantes apenas fizesse uma pausa na Sibéria, sem chegar a constituir uma unidade familiar de produção”. Além do mais, parece que cerca de metade dos “remigrantes” na verdade mudavam-se para outras partes da Sibéria (Treadgold, 1957: 173). De acordo com J. A. White (1950: 30-31), nos anos que antecederam a Revolução “(...) os excedentes comerciáveis na Sibéria como um todo estavam muito acima daqueles da Rússia européia, os dados respectivos sendo 336 cwt.⁴ por cem pessoas contra 130 na Rússia

³ 1 dessiatin = 2,7 acres; 1 acre = 0,4 ha.

⁴ 1 cwt = 50 kg.

européia”. A Sibéria era também uma das regiões do Império onde o movimento cooperativista e a mecanização agrícola mais se desenvolvera.

A Sibéria rapidamente tornou-se bastante importante como fornecedor de produtos agrícolas. Shanin (1972: 20) diz que “o crescimento da produção para exportação de manteiga na Sibéria Ocidental parece ser o único caso de uma brecha regional significativa para uma economia monetária e de mercado em larga escala no interior da agricultura camponesa russa”.

Depois da Revolução e uma vez terminada a Guerra Civil, essa tendência prosseguiu. É provavelmente significativo que quando se deu a grande crise agrícola de 1928, foi para a Sibéria que Stalin se dirigiu pessoalmente em busca da grande quantidade de cereal necessária para salvar o regime (Lewin, 1968: 218). Mas esse episódio já pertence a outra era.

A formulação da política e da ideologia do capitalismo autoritário

O autoritarismo na Rússia como o traço mais geral do sistema de repressão da força de trabalho talvez remonte ao século XVI. Todavia, como prelúdio direto do capitalismo autoritário liga-se aos esforços “ocidentalizadores” de Pedro I a partir do final do século XVII.

A criação do Estado absoluto teve a ver com a luta pela independência e unidade nacional. Nessa luta o soberano como ocorre frequentemente nesses casos – tornou-se o centro polarizador. Internamente a luta foi travada contra a grande aristocracia; externamente contra os mongóis, a Polônia, a Lituânia e a Suécia. O crescimento do comércio exterior russo no século XVI e no seguinte – ao contrário da maior parte do restante da Europa Oriental – foi lento e, de início, quase insignificante. Assim, as relações que se desenvolveram com o Ocidente foram primariamente na forma de pressão militar que se exerceu basicamente a nível de Estado. Nessa luta o Estado teve que se apoiar sobretudo na pequena nobreza, da qual surgiria uma nova aristocracia. Todavia, à estrutura dessa nova aristocracia faltava a frouxidão dos laços anteriores entre o poder central e a nobreza. Era agora extremamente hierarquizada e surgiu a concepção do Estado-Serviço: todo indivíduo era em última

instância – especialmente para fins bélicos – considerado um servidor do Estado.

Na medida em que a servidão era gradativamente estabelecida (aproximadamente entre 1580 e 1649), era naturalmente assimilada a essa estrutura de uma maneira que fazia parecer que era uma consequência direta do Estado absolutista, visto como era instituída através dele:

O senhor estava obrigado ao serviço do Estado e o camponês estava obrigado ao senhor, de modo a fornecer-lhe os meios de executar o seu serviço para com o Estado (Blum, 1968: 606).

Assim, embora possa ser argumentado, como faz Blum, que a servidão era bastante independente em sua origem do Estado absolutista (o que mostra as vantagens de uma perspectiva comparativa) de fato adquiriu uma coloração ideológica que pelo menos a esse nível ligava-os bem intimamente: formalmente era como se o Estado houvesse “doador” os camponeses à nobreza. E, obviamente, o funcionamento continuado da servidão dentro de tal estrutura tendia de qualquer maneira a ligá-la ao Estado (concretamente, por exemplo, através dos servos do Estado). Também possuía aquele elo “negativo” com o Estado a que já fizemos referência na medida em que a existência da servidão tendo a ver com a fraqueza do movimento burguês, o Estado adquiria características muito especiais no seu estágio modernizante, particularmente da época de Pedro o Grande (1689-1725) em diante. E essas características teriam muito a ver com a natureza do desenvolvimento capitalista na Rússia.

De qualquer maneira, quanto ao desenvolvimento inicial do autoritarismo podemos considerar o caso russo como de fato “peculiar” no que diz respeito ao seu caráter autocrático primordialmente militar e centralizador. Porém, quando assumiu o seu papel modernizador, essa “peculiaridade”, no que é fundamental em termos de categorização, só pode ser mantida quando a comparação é restringida ao Ocidente. Como vimos, toda a Europa Oriental experimentou um fenômeno semelhante com a centralização do autoritarismo. Todavia, é certo que em termos de grau o caso russo é em certa medida “peculiar” devido à formidável máquina estatal que preexistiu a fase modernizante e influenciou fortemente a estrutura de classes e as relações entre as classes, além de incrementar a formação de uma esfera de interesses que seguidamente derivava dos interesses conservadores da máquina estatal como tal e não do seu papel

mais amplo na sociedade. Toda máquina estatal, sobretudo quando não surge através de uma pressão direta das forças produtivas, tem uma tendência a desenvolver os seus próprios interesses particularistas; mas no caso russo havia razões especiais para ir a um extremo nessa direção. No entanto, ameaças à base de sua própria sobrevivência forçá-la-iam a se mover, embora a princípio lentamente devido não só a suas resistências internas, mas também às resistências da formação social como tal e das próprias classes dominantes.

Significativamente, desenvolveu-se na Rússia uma polêmica extremamente generalizada entre “eslavófilos” e “ocidentalizadores” que durou praticamente dois séculos. Pode-se fazer muitas leituras dessa polêmica complexa e contraditória, mas uma delas certamente tem a ver com o desenvolvimento do capitalismo e as resistências dentro da própria classe dominante, forçando o Estado frequentemente a levar avante a sua política de classe contra a “sua classe”. Ao longo do caminho percorrido houve muitos avanços e recuos e no final importantes setores da classe dominante não foram capazes de manter o passo com a modernização e se perderam. Isso não significa dizer que a ideologia do capitalismo autoritário pertencia claramente a qualquer um dos campos, o eslavófilo ou o ocidentalizador. Pelo contrário, talvez a sua característica ideológica básica seja a combinação original de parte da argumentação de ambas as correntes. Na medida em que representou uma superação da polêmica, embora não claramente formulada a maior parte do tempo, ligava-se à polêmica e era a sua resultante dialética.

Há muitas indicações de que a modernização não seguiu as necessidades estritas do livre desenvolvimento da economia, mas que era, num sentido imediato, sobretudo *política*. Eis uma das razões pelas quais encontrou oposição e foi considerada “artificial”.

Tal é o caso, por exemplo, das reformas de Alexandre II e particularmente da Emancipação dos servos, que se deu no mesmo ano da Guerra Civil americana: 1861.

Segundo Blum (1968: 614) “(...) a maioria esmagadora dos proprietários de servos não queria abdicar da servidão”. E “(...) parece muito provável que soubessem o que estavam falando”.

Blum parece favorecer explicações políticas para a Emancipação (1968: 616-619) que se traduziriam em termos de duas espécies de pressão:

1. Interna: o medo de uma revolta camponesa expresso na formulação clássica de Alexandre II de que a servidão tinha de ser abolida de cima antes que se destruísse por debaixo.
2. Externa: o efeito catalisador da derrota na guerra da Crimeia mostrando a necessidade de modernização militar de uma forma incompatível com um exército de servos.

Todavia, apesar do fato de a Emancipação não corresponder às necessidades econômicas imediatas do sistema, nesse caso não se seguiu nenhuma Guerra Civil. O sistema estava funcionando mas não era tão próspero quanto o seu contemporâneo – a *plantation* do Sul dos Estados Unidos. Por outro lado, a Reforma não foi levada adiante por uma classe rival, mas pelo Estado. Nessas circunstâncias, não só a aristocracia não foi ameaçada direta e fortemente por outra classe, mas também uma larga margem de compromisso entre “tradição” e “modernização” era da própria natureza da transformação. Os senhores receberam um pagamento pela terra vendida aos camponeses e, além do mais, estabeleceu-se um “estágio transitório” quanto ao *status* do camponês. Durante esse estágio, os camponeses não adquiririam o direito de propriedade privada da terra. Todo camponês continuaria a pertencer a uma comuna (o *mir*) e a um grupo doméstico, e era a comuna que distribuía a terra aos grupos domésticos que fossem seus membros. A comuna como um todo era responsável pelos impostos, e nenhum membro poderia renunciar a sua comuna, mesmo estando incluído na minoria que conseguia permissão para residir em outro lugar. Entre as outras obrigações mantidas pela comuna estava o pagamento do débito contraído com o Estado a fim de pagar pela terra que haviam adquirido dos senhores.

Esse estágio “transitório” arrastou-se por muito mais tempo do que se imaginava de início. Muitas racionalizações ideológicas para isso eram dadas, em geral em termos da posição e da importância do camponês e da comuna na sociedade russa, os quais deveriam ser capazes de constituir uma espécie de garantia da manutenção do caráter “singular” da Rússia, apesar do desenvolvimento capitalista. Porém mesmo do ponto de vista da modernização sob o autoritarismo supomos ser bem possível que esse intervalo de tempo servisse a um propósito objetivo (a fora a manutenção

do equilíbrio ideológico), impondo um certo ritmo e evitando rompantes “precoces” de um excesso de energia camponesa enquanto prosseguia a industrialização.

Somente no rastro dos acontecimentos de 1904-1906 foi finalmente estabelecida através de todo o Império a propriedade camponesa individual da terra. De 1906 a 1911 uma série de leis encorajaram não só a conversão de propriedade comunal em privada, mas também a consolidação das faixas de terra em unidades compactas (Tokmakoff, 1971). Facilidades de crédito para a compra de terra através do Banco Camponês foram estabelecidas e as dívidas restantes da época da Emancipação foram liquidadas. De acordo com Seton-Watson (1967: 652), cerca de metade dos grupos domésticos camponeses havia sido convertido ao novo sistema em 1915. Isso foi uma mudança importante, que se seguiu ao intervalo igualmente importante de cinquenta anos desde 1861 durante o qual o capitalismo russo se desenvolvera rapidamente e grandes grupos industriais e financeiros haviam se formado em meio a um oceano de semisservidão camponesa⁵.

* * *

Rieber (1971: 45), falando da política de Estado russa em geral diz:

Historicamente, a força propulsora por detrás da política estatal da Rússia havia sido a necessidade vital de tornar-se e permanecer uma grande potência européia. Somente pedindo emprestadas formas de cultura e tecnologia do Ocidente poderia a Rússia resistir à dominação pelo Ocidente e assegurar fronteiras estáveis na Ásia através da conquista e da colonização. Como argumentou tão persuasivamente o grande historiador russo P. N. Miliukov, significativas reformas sociais e administrativas na Rússia desde o século XV têm surgido da necessidade urgente de mobilizar recursos humanos e materiais – homens e dinheiro – a fim de repelir invasões estrangeiras e avançar no sentido do centro da civilização.

Isso parece consistente com a nossa argumentação. Especificamente no caso das reformas de Alexandre II Rieber pensa que tinham acima de

⁵ Para uma seleção de textos apresentando pontos de vista variados e a posição dos diversos grupos políticos depois de 1861 ver Adams (1965). Um trabalho por nós não utilizado no presente estudo, mas que apresenta algumas preocupações comuns é *Economic Backwardness in Historical Perspective* (1962) de Alexander Gershenkron. O livro de Adams inclui um texto desse autor.

tudo objetivos militares e fiscais relacionados às necessidades do Estado. Assim, as dicotomias usuais liberal-conservador, ocidentalizador-eslavófilo, racional-nacional segundo a sua perspectiva não as esclarecem.

Trotsky já havia dito em 1906, possivelmente também segundo Miliukov:

A economia ocidental influenciou a economia russa através da intermediação do Estado (...) A fim de poder sobreviver no meio de países hostis melhor armados, a Rússia foi compelida a levantar fábricas (...) a política do governo foi ditada, não por qualquer preocupação em desenvolver as forças produtivas, mas puramente por considerações fiscais e em parte técnico-militares (Trotsky, 1970b: 42).

Todas essas afirmações parecem apontar na mesma direção: a Rússia estava sendo forçada a se desenvolver em termos capitalistas; mas isso era feito de uma maneira que não era uma repetição simples do capitalismo ocidental. Saltava etapas, ao mesmo tempo que evitava descontinuidades revolucionárias.

Essas afirmações são importantes também para permitir apreender a necessidade “objetiva” desse desenvolvimento (embora num sentido global, e não estritamente em função da ação de forças econômicas): embora caracterizado por uma grande dominância do político, ainda assim esse desenvolvimento era bastante independente da consciência dos atores políticos, como tais, em relação ao processo. Mais do que um projeto nas mentes dos indivíduos (embora esse aspecto certamente fosse mais importante aqui do que no desenvolvimento burguês), o desenvolvimento autoritário era uma consequência de uma certa situação histórica.

A consciência desse processo viria, porém gradativamente. Uma geração depois das reformas de Alexandre II, quando a Rússia já havia embarcado no seu surto industrializador, eis o que diria o Conde Witte:

O conceito de um czar russo autocrático está indissoluvelmente ligado à ideia do Czar como protetor e consolador do povo russo (...) pois o prestígio do Czar russo baseia-se em fundamentos cristãos; está ligado aos princípios do Cristianismo e da Ortodoxia (...) Está em conformidade com esses princípios defender todos os fracos, todos os necessitados, e todos os desgraçados, e não proteger a nós (...) , a nobreza russa; e ainda menos a burguesia russa (ênfase

OGV), a quem faltam as qualidades de bondade e generosidade de espírito que são encontrados em muitos nobres russos, e que, pelo contrário, são abundantemente dotados de todas as má qualidades que provêm de uma superabundância material, subestimação do valor do trabalho dos outros e por vezes também dos seus corações (S. Iu. Witt, *Vospominaiia*, Vol. III, p. 63 em de Enden, 1970).

Esta afirmação é muito significativa vinda do homem mais responsável pela política econômica russa nos últimos anos do século passado e começo deste – quando a expansão capitalista russa ia a pleno vapor. Obviamente, tem que ser tornada como uma afirmação *ideológica*. Witte expressa a ideologia do autoritarismo de Estado, contrastando-o de forma mais ou menos explícita com o desenvolvimento burguês.

O autoritarismo estava profundamente embebido na vida russa, reforçado poderosamente em todos os níveis pela sua história concreta. Misturava-se muito com o paternalismo. Para os camponeses, o czar era o seu pai benevolente e qualquer mal que lhes adviesse era produto da ação de homens maldosos que mantinham uma barreira entre o czar e o seu povo.

Esse sentimento parecia intoxicar toda a sociedade russa. A expressão de sentimentos ambíguos de Dostoievski pelo Grande Inquisidor, por exemplo, são reveladores. Mesmo os radicais do século XIX não eram imunes a esse clima. Isso tornou-se evidente pela sua atitude em relação a Alexandre II. As suas reformas despertaram na maioria deles de início um grande entusiasmo, como se o czar pela sua ação individual fosse livrar a Rússia de todos os males e atraso que a atormentavam. O desapontamento que se seguiu, uma vez que se tornou óbvio que essas reformas, apesar de algumas semelhanças inevitáveis, representavam um desenvolvimento muito diferente daquele por eles esperado, é igualmente esclarecedor, e terminou com o assassinato do “Czar-libertador”.

O autoritarismo, uma vez embarcado no caminho da modernização, combinou traços que nos recordam os ocidentalizadores – querendo alcançar o Ocidente que era o seu modelo, juntamente com uma ênfase continuada sobre o caminho russo (hoje talvez se dissesse “modelo”) e a sua peculiaridade que nos recorda o eslavofilismo e a xenofobia que cruzavam todo o espectro político. Dessa forma despertou no máximo uma oposição pouco tenaz das facções liberais e conservadoras da classe

dominante, apesar de ocasionais explosões que poderiam dar uma impressão diferente. Na verdade o modo de desenvolvimento capitalista que se seguiu foi imposto a toda a sociedade; embora isso não queira dizer que o Estado possuía um poder ilimitado e não necessitasse um forte apoio social. Em última análise ainda era – em face da situação histórica da Rússia o padrão mais aceitável para a classe dominante tomada como um todo. O traço mais relevante era que o Estado insistia em manter o controle sobre todas as mudanças mais significativas e sobre os processos que se seguiam.

Das Reformas da década de 1860 em diante, com a criação dos *zemstvi* (conselhos locais eleitos) e com o desenvolvimento econômico, surgiu um novo liberalismo que atraiu antigos socialistas e especialmente uma facção da nobreza rural. Proclamavam o valor da iniciativa pessoal e pretendiam desempenhar o papel de uma alternativa tanto para a autocracia quanto para o socialismo. Eram a favor de uma constituição, de eleições e eventualmente de um programa de expropriação de terras em favor do campesinato. Tendo formado o Partido Constitucional-Democrático ou Cadete, dominaram a primeira Duma e seu programa tornou-se bastante aceito em virtude dos receios despertados pelos distúrbios camponeses de 1905. Porém o capitalismo autoritário foi capaz de *incorporar* e transformar aspectos cruciais desse programa, ao mesmo tempo que lutava para *preservar* o *regime*. Depois de 1905 (quando novamente se combinaram pressões internas e externas) o capitalismo autoritário foi em frente e adquiriu a sua maior consistência, não apenas como um fato objetivo, mas, também, como política e ideologia. Isso foi personalizado na figura de *Stolipin*.

Escrevendo em 1912, Bernard Pares observou:

Porém havia um homem que não temia nem a Duma, nem os camponeses (...) Esse homem era Stolipin, (...) agora Ministro do Interior. Na corte trabalhou contra qualquer concessão aos Cadetes e pela dissolução da Duma e convocação de uma outra. Foi nomeado Primeiro-Ministro para levar adiante a sua política; e quando a dissolução não foi seguida pela guerra civil que todos esperavam, ele se apossou do programa que poderia, sob condições políticas diferentes, ter sido o dos liberais (Pares, 1912: 63).

Assim, havia uma espécie de relação dialética entre a “opinião pública” – fundamentalmente as opiniões no seio da classe dominante – e a iniciativa governamental. A resultante final desse choque de opiniões, tal como interpretada pelo governo, era em favor de uma *mudança controlada*, uma característica básica do que rotulamos capitalismo autoritário. Essas mudanças vinham como um conjunto em determinados momentos no tempo, em geral após uma crise, seguidas por um período maior ou menor para a sua maturação. Com a incorporação parcial de políticas liberais, tais como a ruptura da comuna camponesa e o encorajamento do movimento em direção a Leste, o *controle* nem sempre podia ser muito próximo. Porém mesmo quando estimulando a iniciativa pessoal, em última instância a estrutura autoritária tinha que poder controlá-la. Sob essas novas condições, isso produziu uma contradição importante e básica com a qual tinha que se lidar com cuidado para que não se transformasse em sérios antagonismos. Stolipin estava bem consciente disso e, por exemplo em seu relatório ao czar depois da sua viagem siberiana, mostrou que via a necessidade, ao lado de uma reforma que desligaria o campesinato da comuna, de impedir a espécie de “democracia” que se estava criando na Sibéria de esmagar a velha Rússia. Como observou Treadgold (1957: 189):

Ele esperava trazer a estabilidade social para a massa do povo, o campesinato, através, simultaneamente, da reforma e da migração. Um movimento ilimitado, desacompanhado de medidas destinadas a assegurar uma reforma sólida, provocaria riscos. Se a válvula de segurança da migração operasse suavemente, as pressões econômicas nas regiões de origem poderiam com jeito e gradativamente serem aliviadas, e seria mais fácil preservar a monarquia. Se a migração escapasse inteiramente ao âmbito da assistência e da direção governamentais, o resultado poderia ser a “democracia rude” sobre a qual meditava Stolipin. Algum tipo de levante vindo de baixo poderia derrubar o regime, mesmo que uma revolução doutrinária dos intelectuais fosse impedida com sucesso. Stolipin e os funcionários da Agência de Colonização apoiavam a migração de forma segura e firme, mas não consideravam nem justificável economicamente, nem prudente politicamente, apostar tudo nela.

Tudo isso serve também para mostrar que embora a tendência capitalista dominante na Rússia fosse para o capital comercial evoluir organicamente, transformando-se em capital industrial e financeiro com o apoio do Estado, ao invés de ser superado por uma burguesia mais

militante, parecia no entanto existir pelo menos *os germes de outro tipo de desenvolvimento capitalista no seio do campesinato que o Estado tentava por a seu serviço*. Isso parece ter confundido muitos analistas na época. De certa forma Lênine foi um deles.

O capitalismo autoritário e a Esquerda

O marxismo na Rússia não foi capaz de escapar à polêmica entre ocidentalizadores e eslavófilos. Na sua luta para ganhar a hegemonia na Esquerda, representou uma influência ocidentalizadora, derivada do pensamento de um grande revolucionário ocidental que, a sua maneira, não deixava de ser um admirador do capitalismo burguês ocidental, sobretudo em sua variedade inglesa.

Na Esquerda a facção eslavófila era representada principalmente pelos Narodniks, que eventualmente dariam origem ao Partido Social-Revolucionário. Esses radicais acreditavam firmemente que a Rússia não precisaria passar através de uma fase de capitalismo burguês para atingir o socialismo. Para eles tal como para os seus correspondentes na Direita – a comuna camponesa era dotada de tais qualidades de democracia direta, proteção de seus membros etc., que tornavam uma luta para alcançar-se o parlamentarismo e um capitalismo brutal estilo Manchester do século XIX, assim destruindo a comuna, fora de cogitação. Além do mais, os Social-Revolucionários em particular acreditavam que a comuna continha uma espécie primitiva de socialismo que poderia constituir o embrião de uma forma mais elevada de socialismo.

Eles não estavam sozinhos ao pensar assim. O próprio Marx, numa carta a Vera Zasulich escrita em 1881, havia dito:

Ao se apropriar dos resultados positivos do modo de produção capitalista, (a Rússia) é capaz de desenvolver e transformar a forma arcaica da sua comunidade aldeã, ao invés de destruí-la.

E numa outra versão:

Mas quer isto dizer que a carreira histórica da comunidade agrícola deve inevitavelmente levar a esse resultado? (OGV: i.e. a transição de uma sociedade baseada na propriedade comum para uma sociedade baseada na propriedade privada) Certamente que não. O dualismo que contém no seu interior (OGV: tratar-se-ia de uma fase

de transição, já que a propriedade da terra é comunal, mas cada camponês cultiva e administra o seu lote por sua própria conta) permite uma alternativa: ou o elemento de propriedade dentro dela superará o elemento coletivo ou o inverso se dará. Tudo depende do ambiente histórico em que isso ocorrer (Marx, 1964: 142-145).

Em termos teóricos esse texto mostra da parte de Marx uma consciência admirável das complexas relações entre o econômico e outras instâncias. Esse importante texto protege-o de acusações de economicismo ou evolucionismo. Mas no contexto histórico russo, onde o capitalismo de fato tendia a ser uma realidade em desenvolvimento, prestava-se a uma leitura “reacionária”.

Foi no âmbito da disputa com os Narodniks que Lênine escreveu *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1964). Estava principalmente interessado em mostrar que o desenvolvimento capitalista na Rússia no período pós-Reforma estava se dando de tal forma que se tornara irreversível, que não se limitava a pequenos enclaves nas cidades mas tendia a transformar toda a economia e a sociedade, antes de mais nada através da formação de um mercado para a sua produção. – No campo da indústria, examinou a evolução da pequena indústria artesanal camponesa através da indústria e da manufatura doméstica capitalista para a indústria fabril em larga escala. Na agricultura tentou mostrar que a comuna estava dando lugar a uma contínua diferenciação do campesinato que tendia a concentrar a propriedade da terra e da produção nas mãos de uma burguesia rural oposta a uma classe de assalariados rurais, mesmo que esta última – numa variação do modelo clássico – ainda possuísse uma pequena parcela de terra.

Em suma, tentou mostrar que no essencial o desenvolvimento russo era o mesmo que o desenvolvimento anterior da Europa Ocidental. A peculiaridade da Rússia residia principalmente no fato de que:

(...) em nenhum outro país capitalista houve uma tal abundância de sobrevivências de antigas instituições que são incompatíveis com o capitalismo, retardam o seu desenvolvimento e pioram incomensuravelmente a condição dos produtores, os quais (como Marx havia dito no *Capital*, Vol. I) sofrem não só por causa do desenvolvimento da produção capitalista, mas também em virtude da forma incompleta desse desenvolvimento (1964: 600).

Assim, o estágio histórico que se colocava para a Rússia requeria uma revolução que removeria essas “antigas instituições que são incompatíveis com o capitalismo”, a fim de que o capitalismo pudesse “completar-se”, desenvolver plenamente as suas próprias contradições e abrir o caminho para o socialismo. A querela que se daria com os mencheviques diria respeito (além da polêmica sobre organização) à participação das diferentes classes nesse estágio da revolução. Os mencheviques (tal como o Comintern mais tarde sob Stalin generalizaria para o mundo todo) acentuavam a parte saliente a ser desempenhada pela burguesia, ao passo que Lênine enfatizava o caráter *democrático* da revolução, o papel hegemônico já devendo ser desempenhado pelo proletariado juntamente com o campesinato.

Esse ponto de vista – com algumas diferenças de ênfase – manter-se-ia basicamente inalterado para Lênine pelo menos até abril de 1917. Na medida em que reconhecia a possibilidade de um papel revolucionário positivo para o campesinato, representou (juntamente com a visão antieconômica de uma revolução burguesa sob hegemonia proletária) uma contribuição muito importante que as revoluções do século vinte corroborariam. Para Lênine o campesinato não era simplesmente uma relíquia de um modo de produção *anterior* ou um “saco de batatas” na expressão de Marx. Para ele o campesinato poderia constituir *uma variedade radical e ascendente de burguesia* e essa ideia foi uma contribuição extremamente original da sua parte, mesmo não tendo determinado as circunstâncias em que isso ocorreria. Apenas parece que se ligaria a um processo geral de desenvolvimento capitalista que daria ao campesinato um caráter novo, diferente daquele em que a sua expressão política mais radical não passava de *jacqueries* de curto fôlego. Assim, curiosamente, parece que tal como Stolipin, Lênine seria favorável a tornar o camponês independente da comuna, porém como um passo para uma ação política mais evoluída, enquanto que Stolipin nutria a esperança de destruir a possibilidade das ações políticas mesmo tipo *jacquerie*, já por si tempestuosas (como foi demonstrado pelos acontecimentos de 1904-1906), isolando o camponês e transformando-o, de certa forma, exatamente nas “batatas em um saco”. A questão crucial, portanto, estaria na determinação das circunstâncias em que o desligamento da comuna produziria um ou outro resultado, além da discussão das circunstâncias em que a própria comuna poderia servir de base para uma ação política de novo tipo.

Em última análise, a dificuldade teórica maior da visão global de Lênine, em parte devida à posição que teve de assumir nas polêmicas da época, está em tentar ainda estabelecer uma correspondência íntima entre o desenvolvimento empírico de uma formação social específica e o desenvolvimento teórico de um modo de produção puro, o que era “resolvido” supondo um poder uniformizador absoluto por parte do capitalismo, mesmo que o processo se “atrasasse”. Esse procedimento e a “solução” encontrada provocaram distorções na maneira de ver o processo, agravadas pela “peculiaridade” da formação russa comparada com as formações burguesas clássicas. O que não quer dizer que o que Lênine investigou não “existisse”. De fato existia e o seu livro está cheio de estatísticas e gráficos que o confirmam. Mas a arbitrariedade residiu no salto entre a observação empírica e as conclusões teóricas mais gerais, tal como na suposição de que a existência de diferenças de riqueza no seio do campesinato seriam necessariamente indicadoras de uma polarização de classes irreversível. Além do mais, certos fenômenos observados estavam em parte sendo superados por outros que ele não estava preparado para levar devidamente em conta, como por exemplo o próprio Estado enquanto “consumidor” substituindo em parte a necessidade de um grande mercado de massas para a produção capitalista.

Todavia, deve ser dito que mais tarde ele veio a reconhecer a possibilidade do que considerava um desenvolvimento menos favorável do capitalismo do ponto de vista do proletariado. No seu prefácio à segunda edição de *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, publicada em 1907, ele disse:

Com a atual base econômica da Revolução Russa, duas principais linhas de desenvolvimento e desfecho são objetivamente possíveis: Uma é a velha economia senhorial, atada por milhares de fios à servidão, ser mantida e se transformar lentamente numa economia Junker puramente capitalista. Nesse caso a base da transição final do trabalho servil ao capitalismo é a metamorfose interna da economia feudal senhorial. Todo o sistema agrário do Estado torna-se capitalista e por muito tempo mantém traços feudais. Outra possibilidade é a velha economia senhorial ser quebrada pela revolução, a qual destrói todas as relíquias da servidão e em primeiro lugar a propriedade da terra em larga escala. A base da transição final do trabalho servil ao capitalismo será então o livre desenvolvimento da pequena agricultura camponesa, a qual terá recebido um tremendo

impulso como resultado da expropriação das propriedades dos grandes senhores no interesse do campesinato. Todo o sistema agrário torna-se capitalista, pois o quanto mais completamente forem destruídos os vestígios do feudalismo, o mais rapidamente se processará a diferenciação do campesinato. Em outras palavras: ou a retenção no essencial da propriedade da terra e dos principais suportes da velha “superestrutura”, donde se segue o papel predominante da burguesia e do senhor de terras liberal-monarquistas, a transição rápida do camponês abastado para o lado deles, a degradação das massas camponesas (...) ou a destruição do sistema de grandes propriedades e de todos os principais suportes da velha “superestrutura” correspondente, o papel predominante do proletariado e das massas camponesas com a neutralização da burguesia instável ou contrarrevolucionária. Ter-se-á, nesse caso, o desenvolvimento mais rápido e livre das forças produtivas sobre uma base capitalista sob as melhores circunstâncias para as massas operárias e camponesas concebíveis sob a produção mercantil; donde o estabelecimento das condições as mais favoráveis para a consecução a seguir por parte da classe operária da sua tarefa real e fundamental de reorganização socialista. Obviamente, combinações infinitamente diversas de elementos desse ou daquele tipo de evolução capitalista são possíveis.

Os Srs. Stolipins por um lado e os liberais por outro (...) estão trabalhando sistemática, encarniçada e consistentemente para realizar a revolução de acordo com o primeiro padrão. O golpe de estado de 3 de junho de 1907 (...) marca uma vitória para a contrarrevolução (...) Mas até que ponto essa “vitória” é durável é outra questão; a luta pelo segundo desfecho da revolução prossegue. (1964: 32-34)

Essa passagem marca uma importante concessão da parte de Lênine, a qual não tem sido adequadamente considerada pelos pensadores marxistas posteriores. As duas linhas possíveis de desenvolvimento mencionadas por ele aproximam-se bastante do que denominamos capitalismo autoritário e burguês; esse último, no caso, fortemente colorido por uma democracia radical do gênero americano tipo Turner. Chegaríamos quase a dizer que essas noções já estão contidas no pensamento de Lênine.

Todavia, o fato é que a sua luta principal era dirigida no sentido de *impedir* a primeira possibilidade, e de colocar a revolução burguesa como que na trilha certa, embora para ele a burguesia revolucionária fosse o *campesinato* e não – como mecanicamente esperavam os mencheviques – a

grande burguesia “liberal” do tipo Cadete. Ele via claramente que apesar de sua oposição a certos aspectos do regime essa burguesia estava de fato basicamente comprometida com ele no que era essencial; sobretudo porque a alternativa que se apresentava não era o domínio burguês puro, mas uma composição muito desconfortável com o proletariado. Mas através de uma aliança com o campesinato ele esperava livrar a Rússia de uma forma tão radical do seu passado “feudal” que ela se aproximaria da experiência *americana*, onde o capitalismo não era estorvado por qualquer resquício de formações anteriores. Assim, o que denominamos capitalismo autoritário era para ele uma possibilidade, e não muito favorável.

A posição de Lênine quanto à expansão da *fronteira* era consistente com a sua visão geral do desenvolvimento russo. Em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*, parcialmente escrito quando estava exilado na Sibéria, afirmou:

O desenvolvimento do capitalismo em profundidade nos velhos territórios há muito ocupados é retardado por causa da colonização das regiões periféricas. A solução das contradições inerentes ao capitalismo e produzidas por ele é temporariamente adiada devido ao fato de o capitalismo poder facilmente desenvolver-se em extensão. Assim, a existência simultânea das mais avançadas formas de indústria e de formas semi-medievais de agricultura é sem dúvida uma contradição. Se o capitalismo russo não possuísse âmbito para expandir-se além dos limites do território já ocupado no início do período pós-Reforma, essa contradição entre a indústria capitalista em larga escala e as instituições arcaicas na vida rural (a prisão dos camponeses à terra etc.) teria de levar rapidamente à completa abolição dessas instituições, à completa abertura do caminho para o capitalismo rural na Rússia. Mas a possibilidade (para o dono do moinho) de buscar e encontrar um mercado nas regiões periféricas em processo de colonização e a possibilidade (para o camponês) de mudar-se para território novo, mitiga a agudeza dessa contradição e adia a sua solução. Não é preciso dizer que um tal desaceleramento do crescimento do capitalismo equivale a preparar a sua extensão ainda maior no futuro próximo (1964: 595).

Considerava que nos termos de Marx as regiões fronteiriças ocupadas no período pós-Reforma eram “colônias da Rússia Centro-Européia”, devido à “existência de terras desocupadas, livres, facilmente acessíveis” e à “existência de uma divisão mundial do trabalho estabelecida, de um

mercado mundial, graças ao qual as colônias podem especializar-se na produção em massa de produtos agrícolas” (1964: 592-593).

Culpava o crescimento do capitalismo em *extensão* – “essa formação de uma nova população agrícola em território novo” – por obscurecer até certo ponto “o processo paralelo de desvio da agricultura para a indústria” (1964: 563).

Todavia, depois de algum tempo numa resposta a um crítico publica da no ano seguinte, ele escreveu:

(...) quanto mais terra os camponeses tivessem recebido quando foram emancipados, e quanto menor o preço pago por ela, o mais rápido, amplo e livre teria sido o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, o mais alto teria sido o padrão de vida da população, o mais amplo teria sido o mercado interno, o mais rápido teria sido a introdução de maquinaria na produção; o *mais, numa palavra, teria o desenvolvimento econômico da Rússia se assemelhado ao da América* (ênfase OGV).

E uma circunstância que para Lênine confirmava essa visão era que “é nas nossas regiões fronteiriças, onde a servidão era inteiramente desconhecida, ou era mais fraca, e onde os camponeses sofrem menos de escassez de terras, do trabalho servil e da carga tributária que tem havido o maior desenvolvimento do capitalismo na agricultura”. (1964: 624-625) Deve-se notar que para ele esse desenvolvimento capitalista camponês democrático era um passo na direção do socialismo.

Quando falava das “regiões periféricas” ainda nos limites da Rússia européia, Lênine enfatizava o rápido desenvolvimento do uso de maquinaria e a formação de “imensas” fazendas capitalistas em que havia uma extensa cooperação de assalariados (1964: 259). É bastante claro que ele considerava óbvio a repetição do mesmo processo na Rússia asiática no rastro do grande movimento migratório.

Assim, de uma forma bastante complexa, ao mesmo tempo que supunha que a *fronteira* adiaría de início o desenvolvimento capitalista, posteriormente ela deveria tornar-se o *locus* privilegiado para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Um desenvolvimento que eventualmente deveria estender-se e intensificar-se em *profundidade* em todo o país.

A ideia de Lênine de um desenvolvimento capitalista que poderia variar de profundidade é para nós muito interessante. Para ele a maior profundidade é alcançada no capitalismo de estilo americano, isto é, o capitalismo mais “democrático”, sem remanescentes de formações passadas. Na Rússia seria necessária uma revolução para alcançar uma *situação análoga*. Implicitamente isso significa poder haver um capitalismo mais “raso”, embora nessa época ele considerasse ser isso apenas uma fase temporária que seria necessariamente superada pelo próprio capitalismo, e que não teria durado muito na Rússia – na sua opinião – não fosse a existência de terras livres.

A sua atitude em relação à *fronteira* apresentava a mesma aparente ambiguidade que a sua atitude em relação ao próprio capitalismo. De início ela retarda o desenvolvimento capitalista, mas na medida em que gradativamente torna-se o seu *locus* privilegiado na agricultura, vem a possuir uma função “progressista”. Ao mesmo tempo, o que mais tarde poderia ser considerada a sua visão “bolchevique” não permitia que fosse complacente com esse desenvolvimento. Embora de início de fato leve a um grau geral de prosperidade maior, quase imediatamente começa a revelar as suas contradições internas, que tendem a transformar a maioria dos camponeses em proletários *de facto*.

O primeiro aspecto da fronteira foi por ele claramente expresso de novo em 1907 em *O Programa Agrário da Social Democracia na Primeira Revolução Russa*:

(...) é necessário cuidadosamente reconhecer-se um fato que é demonstrado por toda a história econômica da Rússia e que constitui a *grande peculiaridade* (ênfase OGV) do movimento burguês russo. A Rússia possui (OGV: ao contrário da Europa Ocidental, onde a terra disponível havia sido tomada antes da revolução burguesa) um gigantesco fundo de colonização, que se tornará acessível à população e à cultura não só com cada passo adiante no que diz respeito à técnica agrícola em geral, mas com cada passo adiante no ato de liberação do campesinato russo do jugo da servidão. *Essa circunstância constitui a base econômica para uma evolução burguesa da agricultura russa segundo o modelo americano* (ênfase OGV).

Volta e meia retorna ao “modelo americano”⁶, que no caso russo pressuporia uma revolução baseada numa aliança do proletariado com a massa do campesinato. A *fronteira*, como se vê, possuía uma importância maior para o pensamento de Lênine do que é em geral reconhecido.

No mesmo trabalho citado acima e em diversos artigos escritos depois, acentuou a outra face da moeda – a alegada rápida diferenciação interna do campesinato, cujos primeiros sinais já poderiam ser percebidos antes mesmo da revolução, e que também apresentava o risco de abrir a possibilidade da pequena camada superior do campesinato então existente passar-se para o lado das classes dominantes.

Lênine combateu a ideia de que a *fronteira* pudesse constituir uma solução para o problema camponês através do desenvolvimento de um campesinato independente satisfeito e apaziguado sem maior diferenciação interna, mas tão bem controlado e em tal número que a expropriação dos grandes senhores de terra nas regiões de origem não mais seria necessária. Preferia pensar essa colonização – tal como o pleno desenvolvimento capitalista – como um movimento que só atingiria a sua maior força como *consequência* da completa transformação da estrutura rural do que como alternativa a isso. Como se pode ver, não era só Stolipin – embora por razões bem diferentes – que ao mesmo tempo depositava esperanças e traía algum temor sobre as consequências do movimento de *fronteira*.

Nesse mesmo trabalho Lênine acentuava “(...) quão pouca terra adequada à colonização existe presentemente nas fronteiras da Rússia, quão incorreta é a opinião segundo a qual a escassez de terras do campesinato russo pode ser remediada por intermédio da colonização”.

Os mesmos temas reaparecem em diversos artigos curtos até quase o início da Grande Guerra. Assim, num artigo escrito no *Pravda* (“Significado do plano de colonização”, Obras Completas, Vol. 19: 66-71) em 1913 ele inicialmente admitia:

O crescimento no número de camponeses reassentados no período contra-revolucionário (cerca de 500.000 por ano) é enorme. Sem dúvida uma “rarefação” *temporária* da atmosfera na Rússia Central teria de se produzir como consequência.

⁶ Ver seu “Capitalism and Agriculture in the United States” em Lênine (1946).

Mas imediatamente ele perguntava: “Porém por *quanto tempo* e a *que custos*?”.

Na sua opinião não mais do que por quatro anos. De maneira semelhante ao que dissera em 1907 agora repetia: “A questão de terras deve ter-se tornado muito aguda na Sibéria”.

Ele apoiava essa opinião com o fato de que de 1909 a 1911 tinha havido um decréscimo no número de migrantes e um aumento no número dos que retomavam.

E além do mais: “São os mais pobres os que retomam à Rússia, os mais infelizes, que perderam tudo e estão amargamente raivosos”.

Na verdade a continuação do movimento nos anos seguintes não forneceria evidência de que as tendências observadas em 1909-11 eram permanentes. Em 1912 e 1913 o número de migrantes subiu de novo consideravelmente, enquanto o inverso ocorria com o número dos que retomavam (Treadgold, 1957: 34).

Num artigo muito pequeno escrito mais tarde no mesmo ano (“O plano de colonização novamente”, Obras Completas, Vol. 19: 89-90) Lênine admitia que o número de migrantes parecia estar subindo mais uma vez, “embora muito pouco”, e acreditando ainda que o número dos que retomavam continuasse subindo. Mas agora ele mantinha ser isso um sintoma do fracasso da política agrária do governo na Rússia Européia; e como não acreditava numa solução siberiana:

A *nova* política agrária, arruinando uma área da Rússia depois da outra, os camponeses de um distrito depois do outro, está gradativamente tornando claro a todos os camponeses que a sua verdadeira salvação não reside aí.

Implicitamente Lênine estava reconhecendo, tal como Stolipin, a interdependência entre migração e reforma. Stolipin estava apostando num movimento para Leste estilo americano dos camponeses mais pobres, embora controlado remotamente, que lhe compraria tempo para as mudanças não-revolucionárias necessárias a serem levadas a cabo na Rússia europeia tendo como seu agente principal a camada superior do campesinato. Tanto na Sibéria quanto na Europa, ele acreditava que “empresas familiares” libertariam as energias dos camponeses e criariam uma nova prosperidade. Estava consciente de que essa nova prosperidade

não beneficiaria todos os camponeses igualmente. Na verdade, estava “apostando nos mais fortes”. Mas esperava que com a ajuda da *fronteira* absorvendo os camponeses despossuídos pelo desenvolvimento capitalista ele poderia criar uma prosperidade geral moderada, ao passo que Lênine acreditava que sem uma mudança radical da estrutura agrária só beneficiaria, de fato, a pequena minoria de culaques, ainda dentro dos limites de um capitalismo “raso”. Todavia, com o passar do tempo a insistência de Lênine sobre os benefícios para uma minoria lembrava mais e mais a sua ideia da diferenciação do campesinato que já é o resultado de um desenvolvimento capitalista mais “completo”. Embora no essencial mantendo-se fiel a sua concepção central – teórica e revolucionária – parece que como bom estrategista político estava aprendendo a necessidade de deixar em aberto a possibilidade do desenvolvimento capitalista ir ocorrendo de outra maneira. É nesse contexto que começou a acentuar – embora sem resultado aparente – a necessidade de uma organização separada dos proletários rurais e do campesinato *pobre*.

É muito interessante como essa coexistência de possibilidades, que posteriormente foi praticamente negligenciada pelo marxismo oficial, reaparece diversas vezes nos escritos de Lênine. Assim, referindo-se à nacionalização da terra – que era a iniciativa burguesa radical que receitava para a Rússia – ele disse em *O Programa Agrário da Social Democracia*:

Teoricamente a nacionalização é o desenvolvimento puro “ideal” do capitalismo na agricultura. A questão quanto a se uma tal combinação de condições e uma tal relação de forças que permitam a nacionalização na sociedade capitalista ocorrem seguidamente na história é outro problema.

Citou apenas dois casos que seriam “análogos” à nacionalização: a Nova Zelândia e, significativamente, os Estados Unidos com o *Homestead Act*.

Todavia, tinha esperanças que o mesmo poderia ocorrer na Rússia por causa do seu estágio inicial – tal como a América do *Homestead Act* – no desenvolvimento do capitalismo:

O “burguês radical” não pode ser corajoso na época do capitalismo altamente desenvolvido. Em tal época a burguesia, no fundamental, já é contrarrevolucionária (...) Na época da revolução burguesa, no entanto, as condições objetivas compelem o “burguês radical” a ser

corajoso (...) Quanto a isso tudo a revolução burguesa russa encontra-se em condições particularmente favoráveis.

Todavia, para Lênine havia uma contradição entre o que já era um “capitalismo relativamente desenvolvido na indústria e o atraso monstruoso dos distritos rurais”. Assim, o burguês radical de que falava só podia ser o camponês russo. Ao assim concluir, Lênine forneceu a descrição prática mais clara que encontramos nos seus escritos do que estamos chamando capitalismo autoritário, o qual carregaria consigo a burguesia “liberal”:

O senhor de terras liberal, o advogado, o industrial e o comerciante, todos eles já se “territorializaram” o suficiente. Não podem se não preferir o caminho Stolipin-Cadetes. Pense-se no rio de ouro que está agora fluindo na direção dos senhores de terras, funcionários governamentais, advogados e comerciantes na forma dos milhões que o Banco “Camponês” está distribuindo aos aterrorizados senhores de terra! (...) Nem o funcionário governamental nem o advogado precisam obter um único copeque na derrubada revolucionária das velhas formas de propriedade da terra. Os comerciantes, no fundamental, não têm vistas suficientemente largas para preferir a futura expansão do mercado interno dos mujiques à possibilidade imediata de arrancar alguma coisa do nobre rural. Somente o camponês, que está sendo levado ao seu túmulo pela Velha Rússia, é capaz de lutar pela completa renovação do sistema de propriedade da terra.

Essa era para Lênine a base da “ditadura democrática do proletariado e do campesinato”, e *nesse* estágio (e apenas nesse estágio), o campesinato ainda agiria *como um todo* – em nossos termos, como uma classe política submetida a uma subordinação comum⁷. O seu “erro” – se assim pode ser chamado – residia em não perceber plenamente que com todas as suas “distorções” (vistas do ponto de vista do capitalismo burguês) o capitalismo autoritário já era uma força de tal maneira dominante que não havia mais espaço para um deslocamento geral no sentido de um capitalismo completamente burguês, mesmo baseado no campesinato e levando a sua

⁷ Hamza Alavi (em Miliband e Saville, 1965: 249) argumenta que em 1905 Lênine mudou parcialmente a sua ênfase na ação política do campesinato como um todo incluindo os culaques e enfatizou a necessidade de organizar o campesinato pobre e o proletariado rural. Como vimos, essa diferença de ênfase parece parte de uma alternativa mais ampla que Lênine veio a considerar. Todavia, o próprio Alavi admite que isso não teve consequência do ponto de vista prático.

posterior diferenciação interna: mesmo se fosse possível, seria um passo para trás – devido ao relativo subdesenvolvimento dessa nova “burguesia” e a força e liderança já fornecidas pelo proletariado que havia surgido do desenvolvimento capitalista autoritário – ou, na melhor das hipóteses, seria um passo “para o lado”. O que poderia ocorrer – e de fato se deu – era a aliança entre o proletariado e o campesinato transformar a revolução democrático-burguesa, através da situação de “poder dual” estabelecida depois de fevereiro de 1917, somente em um momento passageiro – uma “compreensão a zero”, como colocou Trotsky no caminho da ditadura do proletariado apoiado na massa do campesinato. Foi isso o que Lênine rapidamente percebeu e expressou nas *Teses de Abril*, quando os representantes do campesinato oscilavam entre a grande burguesia e o proletariado:

“A ditadura revolucionário-democrática do proletariado e do campesinato” já se tornou uma realidade (de uma certa forma e numa certa medida) na revolução russa, pois essa “fórmula” refere-se apenas a uma *relação de classes*, e não a uma *instituição política concreta* implementando essa relação, essa cooperação ... Lidar com a questão do “completar-se” da revolução burguesa *à velha maneira* é sacrificar o marxismo vivo à letra morta (“Primeira carta sobre tática” em Lênine, 1970).

Apesar dessa mudança extremamente importante, isso ainda era uma forma um tanto crua (embora engenhosa) de explicar *a posteriori* como era possível encaixar os acontecimentos no seu esquema. Mesmo Trotsky, com a sua útil imagem da “compressão a zero”, não explicita claramente que não era uma realização diferente do esquema que tinha se dado, mas um curso completamente diferente, devido à própria natureza do modo capitalista que estava sendo superado, o qual não supunha nenhum pleno desenvolvimento burguês, fosse camponês ou outro. É possível até que uma tal consciência teórica não fosse compatível com as exigências políticas práticas de não romper mais do que fosse necessário com a ideologia partidária.

Stolipin havia apostado na possibilidade de cuidadosamente levar adiante as transformações no campo que dependiam do crescimento de um setor camponês independente como parte das políticas modernizantes do Estado, mas sem permitir que transbordasse incontrolavelmente, criando a situação que Lênine considerava indispensável para que o desenvolvimento ele um campesinato livre fosse realmente bem sucedido e que

necessariamente destruiria os fundamentos do regime. Porém o próprio Stolipin não deixava de ter os seus receios. Eis como Treadgold resume os seus sentimentos e opiniões sobre o processo que ia se dando na Sibéria:

(...) Na Ásia como na Europa, ele mostrou com satisfação o desenvolvimento de um “vigoroso proprietário individual” que serviria como uma barreira à revolução. Mas ele falou do risco de que uma “rude democracia” na Sibéria “esmagasse” a terra natal.

O que queria dizer Stolipin exatamente com “democracia” nesse contexto? (...) Ele dissera (...) “Os camponeses simplesmente não se incomodam com política.” Os seus interesses centravam-se no âmbito da economia (...) O que parecia preocupar Stolipin em relação à Sibéria não era se o siberiano afluente exigiria o direito de voto, mas se estava a se desenvolver um tipo igualitário de sociedade que serviria para revolucionar o sistema de valores da Rússia imperial. Ele contava muito com a independência e a iniciativa do camponês russo europeu para destruir a comuna e criar as suas unidades de produção familiar autônomas. Todavia, quando encontrou a psicologia do homem livre tão plenamente desenvolvida quanto foi o caso na Sibéria Ocidental, ele se mostrou vagamente perturbado (Treadgold, 1957: 182-183).

Essa “democracia econômica”, que não adquiria um claro conteúdo político, de fato expressa a força e a fraqueza do movimento camponês na Rússia. Em 1917 uma liderança política proletária ainda no contexto de um movimento *democrático* permitiu ao campesinato como um todo assumir o seu ímpeto revolucionário máximo. Na verdade, em muitos casos foi o estrato superior do campesinato que forneceu a liderança *local* necessária.

Trotsky resumiu a questão:

Considerações sociológicas gerais não poderiam fornecer uma decisão *a priori* sobre se o campesinato como um todo era capaz de levantar-se contra os senhores de terras ou não (...). Porém a variante mais favorável realizou-se. O movimento agrário de profecia passou a fato, revelando por um breve momento, mas com força extraordinária, a superioridade dos laços de casta do campesinato sobre os antagonismos capitalistas.

(...) O fato de o campesinato como um todo ter podido mais uma vez – pela última vez na sua história – agir como um fator revolucionário, testemunha ao mesmo tempo a fraqueza das relações capitalistas no campo e a sua força. A economia burguesa não havia ainda de modo

algum sugado as relações agrárias da servidão medieval. Ao mesmo tempo o desenvolvimento capitalista havia progredido o suficiente para tornar as velhas formas de propriedade da terra igualmente insustentáveis para todas as camadas da aldeia (Trotsky, 1965: 417-419).

Trotsky viu melhor do que ninguém na época ‘a “peculiaridade” do desenvolvimento capitalista russo, que tornava fútil lutar por qualquer desenvolvimento capitalista alternativo. A sua análise deve muito a uma concepção do que seria o “asiatismo” da formação russa, caracterizada por uma fraqueza relativa da sociedade civil diante do Estado. Como dizia ele (1973: 347-48):

O czarismo era o instrumento das classes proprietárias exploradoras e nesse sentido não diferia de nenhuma outra organização estatal, mas isso não significa que a correlação de forças entre o poder autocrático (a monarquia, a burocracia, o exército e todos os outros órgãos de opressão) por um lado e a nobreza e a burguesia por outro, era a mesma na Rússia que na França, na Alemanha, na Inglaterra⁸.

Porém, ao mesmo tempo, Trotsky não foi capaz de apreciar, se não parcialmente, a especificidade de *outro* problema, que possuía certa autonomia em relação a esse último, e que Lênine de certa forma percebeu: as tendências capitalistas que de fato *estavam* se desenvolvendo no seio do campesinato e as suas contradições extremas no caso russo com o modo

⁸ É interessante assinalar, no entanto, que o diagnóstico de “asiatismo” não era exclusivo de Trotsky, mas era compartilhado, entre outros, por liberais e pelos mencheviques (sobretudo Plekhanov). (Sofri, 1969: 89-130) Esse diagnóstico, portanto, não garantia uma conclusão política *única*. Para os mencheviques, por exemplo, tratar-se-ia então de fortalecer a sociedade civil em geral e a burguesia em particular, ao passo que para Trotsky significava ser fútil esperar da burguesia um comportamento revolucionário (qualquer que fosse ela), devendo o proletariado, desde que seria dele a hegemonia do processo, colocar-se desde já tarefas socialistas. Pode ser importante fazer essa observação num momento em que se reacende no Brasil a discussão sobre as relações entre Estado e sociedade civil, em geral ignorando-se debates análogos já travados. Também pode ter importância chamar a atenção para o fato de que os atuais debates sobre o chamado “modo de produção asiático” podem estar substituindo uma problemática mais ampla, mais claramente expressa na questão do “asiatismo”. Tratar-se-ia, então, sobretudo da articulação entre o político e o econômico em diferentes linhas de desenvolvimento histórico, e não de um único “modo de produção”. A percepção disso pode talvez evitar que tal como já se fez com o feudalismo, se passe a ver o “modo de produção asiático”, como tal, por toda parte. Ao invés, pode-se com isso encontrar uma “entrada” para a inserção da questão do autoritarismo numa problemática marxista.

dominante de desenvolvimento capitalista – e não apenas com “as relações agrárias da servidão medieval”. Isso tornava o campesinato “como um todo” – apesar de contradições internas – um potencial para a revolução uma vez que lhe fosse dado uma liderança e uma vez que as alternativas históricas (entre as quais certamente não se incluía um papel dirigente independente para si) se apresentassem. Mesmo mais tarde nos anos 20 (ao contrário do que sugere Trotsky) a oposição por parte do campesinato como um todo e os laços de “casta” (na expressão de Trotsky) pareciam ser ainda a tendência mais forte: agora o “livre” desenvolvimento do campesinato era limitado por *outra* dominância política; embora a nosso ver (como já foi dito no capítulo anterior) isso não negasse a importância política de um estrato superior do campesinato.

Lênine estava errado em supor que as “tendências burguesas” do campesinato poderiam florescer plenamente levando a um capitalismo democrático radical (além de estar também possivelmente errado em supor que um desenvolvimento burguês radical seria um passo favorável na direção do socialismo). O modo autoritário de desenvolvimento capitalista na Rússia não era um prelúdio a um capitalismo burguês, mas um curso *diferente* que já havia ido bastante longe. Por outro lado, no entanto, Lênine deu uma importante contribuição teórica ao perceber que o campesinato não era necessariamente apenas um resquício decadente do passado, mas que poderia até, em certas circunstâncias, transformar-se em uma burguesia progressista (e como afirmamos no último capítulo, isso não é incompatível com uma visão do campesinato constituindo um modo de produção subordinado). O problema, no entanto, é que o desenvolvimento desigual e combinado produz em países capitalistas “atrasados” uma condensação paradoxal de diferentes processos em que, se por um lado o campesinato pode ser visto eventualmente como transformando-se em uma burguesia em desenvolvimento, por outro lado não é mais possível nas condições do capitalismo moderno que esse desenvolvimento se complete. Apesar disso, essa tendência pode ser vista como um aspecto importante da conjuntura russa com consequências de longo alcance na correlação de forças políticas. Curiosamente Lênine, uma vez convencido em 1917 da impraticabilidade de um desenvolvimento independente estritamente capitalista baseado no campesinato, pareceu confundir essa questão da hegemonia camponesa com a da sua participação política, e como reação tendeu a minimizar essa última; embora como sempre deixando em aberto essa possibilidade

alternativa. Na verdade a sua posição anterior continha uma contribuição vital e original da sua parte (que Trotsky, por exemplo, não percebia), mesmo estando fora de questão um papel hegemônico por parte do campesinato.

Há um outro problema, no entanto, que Lênine não enfrentou. A experiência histórica parece mostrar que há muitas situações a que é bastante aplicável a formulação clássica de Marx sobre o campesinato como um “saco de batatas”. Há também muitas situações em que o campesinato tem se alinhado do lado dos elementos mais reacionários e até fascistas da sociedade. O problema, portanto, sobre em que circunstâncias o campesinato pode completar a passagem a uma pequena burguesia potencialmente progressista (na formulação de Lênine) e as circunstâncias em que tal não é o caso, permanece. Essa questão fundamental ainda teremos que enfrentar.